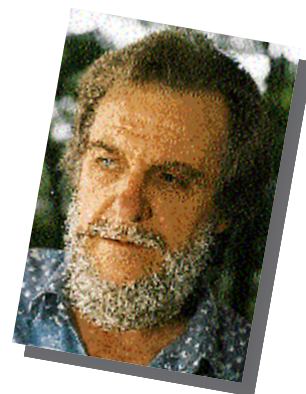


JOÃO ZANETIC 91-93



E escrever um balanço de gestão de uma entidade tão complexa como é a Associação de Docentes da USP - Seção Sindical, ainda mais pela ótica de quem atuou na direção nesse período, não é tarefa fácil. Isso porque, devido à forte presença e reconhecimento de atuação da entidade junto aos mais diversos setores da sociedade, fruto do trabalho das gestões imediatamente anteriores, muitos foram os acontecimentos que a envolveram, dentro e fora dos muros da universidade, e, dessa perspectiva, apenas alguns serão mencionados neste breve artigo.

O país vivia sob o comando do primeiro governo democraticamente eleito pelo voto popular desde o golpe militar de 1964. Se a expectativa face ao que poderia ocorrer era enorme, a frustração com as primeiras medidas tomadas pelo novo governo foi muito maior. Em função

delas, e como vinham fazendo desde a posse de Collor, a Adusp e a Andes, esta última envolvida com a greve dos 100 dias dos colegas das universidades federais durante o segundo semestre de 91, denunciavam e lutavam contra os efeitos nefastos da política antipopular que caracterizava o governo federal: a maior recessão de nossa história, acoplada a um brutal aumento do desemprego; arrocho salarial; sucateamento da educação e da saúde públicas; dilapidação dos fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico; enfim, submissão total aos ditames do FMI e congêneres. Era o ensaio geral, posto em prática sob a batuta de um maestro desastrado, para a implementação dos mais recentes receituários neoliberais. A isso se somavam as denúncias da prática de crime eleitoral, que poderia ter impedido a própria posse de Collor, e de crime constitucional praticado por ocasião do assalto às poupanças, caracterizando um verdadeiro

estelionato eleitoral. Alguns meses mais e o somatório dos desmandos cresceria exponencialmente, fruto dos fatos que revelavam uma ampla aliança de corruptores e corruptos e que iria gerar a CPI do caso PC Farias. A Adusp participou ativamente do movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, publicando uma série de artigos analíticos sobre a conjuntura que o país então atravessava, organizando, juntamente com as demais entidades do *campus*, um grande ato público – Indignação não basta! – que teve lugar na USP no final de agosto de 92, e participando também dos eventos nacionais através da Andes. Como a história depois deixou bem claro, tirar do covil o monstro gerado pelas elites do país, embora necessário, não era suficiente. Caberia aos trabalhadores organizados nos seus sindicatos a tarefa de construir alternativas políticas significativas. Isso continua a valer hoje, no governo comandado pelo maestro Fernando.

Como não poderia deixar de acontecer, um tema que envolveu parte significativa do tempo de atuação da diretoria nesse período foi a luta pela tentativa de preservar o poder aquisitivo dos salários e recuperar perdas passadas. Em particular, visava-se a manutenção de uma política salarial conquistada ao final da greve de 88; o acompanhamento das folhas de pagamento e planilhas que apresentavam o repasse do ICMS por parte do governo, a definição do índice de reajuste mensal e a negociação de data-base em maio, como fora acertado entre os três reitores e as seis entidades representativas dos docentes e funcionários das universidades públicas do Estado de São Paulo, em abril de 1991. Tudo isso ocorria em reuniões regulares entre as três reitorias e as seis entidades. Em função da necessidade de articular a luta em defesa dos salários, consolidou-se desde então, como instrumento representativo de docentes e funcionários das três universidades, o Fórum das Seis, que passou a coordenar ações unificadas em defesa das reivindicações comuns, como foi, por exemplo, a deliberação pela greve na campanha de data-base de 1992. Na verdade, o Fórum das Seis passou a coordenar também outras importantes campanhas, como a luta por mais recursos orçamentários para as três universidades através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em junho, e da proposta orçamentária, em outubro, a defesa do ensino público superior de qualidade, entre outras.

No que dizia respeito especificamente aos interesses dos docentes da USP, a entidade participou de

atividades e promoveu uma série de reuniões e debates sobre a melhoria do atendimento à saúde na universidade: a desativação do Coseas, os recursos do Iamspe, o atendimento do Hospital Universitário e gestões junto ao Legislativo. Outro assunto que envolveu a entidade foi a política arbitrária e autoritária da Cert, com relação às renovações de contrato dos docentes precários, tema que continua cada vez mais na ordem do dia. Um tema inusitado que também envolveu a entidade foi o episódio, até hoje ainda pouco esclarecido, da importação de equipamentos superfaturados de Israel. Nesse período iniciamos uma série de seminários, com professores especialmente convidados para animá-los, visando a discussão de temas que analisavam o relacionamento da universidade com a sociedade, a produção de conhecimento, universidades de outros países, entre outros, buscando construir um projeto para a USP. Infelizmente não conseguimos o envolvimento de um contingente mínimo de colegas que dinamizasse mais a proposta, embora tal discussão sempre esteja presente nas reuniões de diretoria e de conselho da entidade. Finalmente a Adusp esteve envolvida, como nos anos anteriores, na polêmica discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve um projeto elaborado, de forma inédita em nossa história, por um conjunto de entidades da sociedade civil que iam de sociedades científicas a sindicatos de profissionais da educação.

A gestão foi também marcada, nesse período, pela necessidade da

reestruturação organizativa da entidade, que se ressentia de falta crônica de recursos que possibilitassem uma maior capacidade de intervenção da Adusp tanto nas questões salariais quanto nas mais diversas atividades que diziam respeito, direta ou indiretamente, aos interesses dos docentes da USP. Assim, durante 1992, através de amplas discussões e deliberações em assembléias e em reuniões do Conselho de Representantes, foi implantada, em três etapas sucessivas, a contribuição sindical mensal de 1% sobre o salário-base. Isso permitiu tirar a entidade do vermelho, regularizar o repasse à Andes/SN e participar mais ativamente de suas atividades, contratar uma assessoria de imprensa que possibilitou tornar o *Jornal da Adusp* mensal a partir de setembro de 92, estender a assessoria jurídica aos *campi* do interior, reequipar o setor de informática das sedes da capital e do interior, organizar de forma cronológica e temática os documentos de toda a história da entidade, reformar a sede da capital e estabelecer um fundo de reserva para atividades aprovadas pelo Conselho de Representantes.

Quem consultar os boletins, os murais ou os vários números do *Jornal da Adusp*, certamente vai encontrar uma série de outros temas que, como alertei no início deste artigo, aqui não foram mencionados. Fecho, utilizando uma idéia contida num artigo da colega Lígia Marcondes Machado, dizendo que foi tudo um grande esforço para ver se “podemos passar de objetos a sujeitos do nosso trabalho” e de nossa história.